



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
UASG 985811

PREGÃO

ELETRÔNICO

Nº 073/2025

Processo nº 17435/2025

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/01/2026

Hora: 09 h (horário de Brasília)

Critério de julgamento: MENOR PREÇO

Modelo de disputa: ABERTO

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Não

Valor Total da Contratação: R\$ 1.196.629,2766

(um milhão cento e noventa e seis mil seiscientos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos).

OBJETO:

**REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA E
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS EM
SUA FORMA GENÉRICOS E SIMILAR, A PEDIDO
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO
ITABAPOANA/RJ.**



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	11
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	16
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	25
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	26
11. DOS RECURSOS	27
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	28
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	30
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	31
15. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	32
16. ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	32
18. ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA	32



MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO – RP Nº 073/2025.

(Processo Administrativo nº 17435/2025)

Torna-se público que o(a) **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**, por meio do(a) **Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ: 11959800/0001-50, sediado(a) à **Rua Philomena Cyrillo, 50, Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ**, Telefone nº (22) 3833-4503, realizará licitação, para **registro de preços**, na modalidade PREGÃO nº **073- 2025**, na forma ELETRÔNICA, modelo de disputa **ABERTO**, critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS E SIMILARES** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será **dividida em itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.
- 1.3. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.
- 1.4. Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito nas Compras **Governamentais** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.
- 1.5. Os preços dos medicamentos deverão obedecer aos critérios que ora está estabelecido conforme **RESOLUÇÃO CMED/ANVISA nº2011** e as sanções previstas as entidades privadas pela Lei nº 10742/2003 e art 7º da mesma resolução. Diante dessa realidade e da necessidade de observarmos ao máximo o referido princípio desta forma obedecendo aos critérios de aceitabilidade previstos no termo de referência do referido processo, os preços dos medicamentos **NÃO** poderão ultrapassar o valor fixados na tabela **CMED/PMVG, PF para ICMS 20%** que é teto máximo para aquisição na Administração Pública.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal(www.gov.br/compras).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Não haverá itens de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1 JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014 - A Lei Complementar nº 123/2006, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos artigos 47 e 48. Vejamos: Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando: II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.” No caso, em tela de aquisição de medicamentos, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública e representa prejuízo ao conjunto ou complexo do



objeto a ser contratado, pois há restrição à participação de fabricantes, de distribuidores e de empresas do ramo, prevalecendo-se as ME/EPP que, sendo revendedora desses produtos destinados a Secretaria Municipal de Saúde, sendo assim, adquirem os mesmos agregando custos diversos, tributos, transportes e lucros, durante toda a cadeia comercial até a finalização da venda, desencadeando a onerosidade. Com efeito, se a Administração insistir na limitação da presente licitação com exclusividade para ME/EPP, corre o risco de ver frustrado o certame, tornando-o moroso e aumentando a possibilidade de itens fracassados e/ou desertos. O artigo 49, inciso III, reserva duas conjunturas: o efeito negativo em razão da ampliação dos custos; e, o risco de se ter uma pluralidade de sujeitos executando o objeto. Cabe acrescentar, por fim, a ressalva feita por Ronny Charles: “Importante perceber que a obrigatoriedade do certame exclusivo sempre deve ser temperada pela observância dos princípios que conformam a atividade administrativa (como a eficiência) e pelas restrições legais dispostas pelo artigo 49 da LC 123/2006.” (TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. 5ª edição. Salvador: JusPODIVM, 2013, p. 806.) O que se observa é que a Lei Complementar 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público. Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a proposta mais vantajosa para a administração. Em síntese, realizar, o presente certame, prevendo a possibilidade de exclusividade e de cotas para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá apresentar prejuízos para Administração Pública com a repetição de outro certame para itens fracassados e/ou desertos. A não aplicação do dispositivo, que prevê a obrigatoriedade, é atenuada com o disposto na própria Lei, que, em seu inciso II e III, do artigo 49 prevê a possibilidade da não aplicação como já descrito.

3.5.2. A obtenção do benefício (caso previsto) a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido (caso previsto no item 3.5) tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



- 3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
 - 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.4.2 e 8.15.2- deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
 - 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e anual ou total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante; (quando pertinente ao objeto).
- 5.1.4. Quantidade cotada, devendo ser respeitado o quantitativo de cada lote.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



- 5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do **lote**.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**



- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “FECHADO E ABERTO”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



- 6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.20.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
 - 6.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado (com valor unitário de cada item e valor total), após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.21.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

- 7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 7.7.1. Inexiste para o objeto licitado acordos, dissídios ou convenções coletivas;
- 7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;



7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
Conforme Decreto Municipal nº 2436/2025.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.



- 7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;



- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

8.2. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, a Certidão Regularidade de Débito Fiscal (CND) expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e/ou Finanças do domicílio tributário da licitante. Certidão de Regularidade de Dívida Ativa de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário da empresa. (Ressalvam-se os casos de unificação de certidão por força de legislação Estadual, quando será aceita a certidão unificada).
- e) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- f) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.
- g) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

8.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.



b) As empresas interessadas em participar do referido processo licitatório que estejam em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL deverão apresentar:

b-1. CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL expedida pelo órgão distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

b-2. A certidão citada no item anterior deverá ser acompanhada de comprovação que seu plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos da legislação em vigor;

b-3. A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos exigidos pela legislação vigente para a efetiva habilitação econômico-financeira.

c) b) **balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - **ALVARÁ DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, atualizado, expedido pela Unidade Competente, da esfera Estadual ou Municipal da sede da empresa licitante compatível com o objeto licitado, válido da na data de realização desta licitação.

8.4.2- **AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO** da empresa licitante, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme exigido pelo art. 2º da Lei Federal nº 6.360/76, Art. 2º do Decreto Federal 79.094/77, Art. 7º da Lei Federal nº 9.782/99 e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98;

8.4.3- **AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO** da Empresa ou protocolo de solicitação - quando se tratar de medicamentos sujeitos a Controle Especial aprovadas pela Portaria nº. 344/98 de 12/05/98.

8.4.4- **CERTIDÃO DE REGULARIDADE TÉCNICA - CRT**, expedida pelos Conselhos de Farmácia;

8.4.5- Para os itens 33, 34 a 35 (CANABIDIOL), deverá apresentar **AUTORIZAÇÃO DA ANVISA**.

8.4.6- É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação, conforme art. 43, § 3º, Lei nº. 8.666/93 e art. 26, §9º da Lei nº 10.024.



8.4. DAS DECLARAÇÕES EXIGIDAS

8.4.1. Declarações com preenchimento em campo próprio do sistema, atestando que:

a) Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021. (quando for o caso)

b) Declaramos que atendemos aos requisitos de habilitação, e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

c) Declaramos que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

d) Declaramos que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.

e) Declaramos que a empresa não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme Inciso III do art. 14 da Lei nº 14.133/21.

f) Declaramos não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2.014, cujos termos declara conhecer na íntegra.

g) A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.

h) A empresa, no uso de suas atribuições legais, vem declarar, para fins de participação de processo licitatório, sob as penas da Lei, de que atende ao Inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/21 no que infere ao vínculo de eventuais servidores públicos desta Municipalidade à empresa.

i) Declaramos que a empresa se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358/02.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



8.4.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.6. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.7. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.7.2- Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.13. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.13.2- Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou



quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.14.2- A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.2- Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.15.3- Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.2- Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.3- Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.17.2- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



8.17.3- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.2-.

8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo **de 03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 12.1.9. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.1.10. advertência;
- 12.1.11. multa;
- 12.1.12. impedimento de licitar e contratar e
- 12.1.13. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.2.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.3.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 12.3.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e



12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo seguinte email: contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br**.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.8.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.
- 14.11. Todas as comunicações dos licitantes durante a sessão pública de licitação deverá ser realizada através do email contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br
- 14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos a seguir.

15. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

16. ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17. ANEXO III- MODELO DE PROPOSTA

Bom Jesus do Itabapoana , 11 de dezembro de 2025

Márcia Alessandra da Silva Azevedo

Gestora do Fundo Municipal de Saúde



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO, DO SOLICITANTE E DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Objeto;

1.1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos genéricos e similares

1.2. Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde.

2. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA ÁREA TÉCNICA E REQUISITANTE RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE TERMO

2.1. Dos servidores solicitantes: área técnica e/ou requisitantes:

2.1.1. Servidor Rodrigo Melo de Souza, Port Nº 348/2025, CPF- 092.980.387-63.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1. O objeto tem como sua natureza medicamentos genéricos e similares

3.2. Dos descritivos e seus quantitativos;

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	CATMAT	Preço médio Unitário
1	ACECLOFENACO 100MG	COMPRIMIDO	840	271666	0,6488
2	ACETILCISTEINA 600 MG	SACHE	2.070	480349	1,2145
3	ACICLOVIR 400MG	COMPRIMIDO	840	268372	1,4190
4	ACICLOVIR POMADA OFTALMICA 50MG C/10G	TUBO	14	268375	10,7250
5	ALFAEPOETINA 4.000 UI – 1 ML	FRASCO	165	465319	22,5357
6	ALPRAZOLAM 0,25 MG	COMPRIMIDO	2.280	271358	0,3090
7	ALPRAZOLAM 0,5 MG	COMPRIMIDO	4.350	271357	0,6109



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



8	ALPRAZOLAM 1 MG	COMPRIMIDO	17.190	271356	1,4507
9	ALPRAZOLAM 2 MG	COMPRIMIDO	16.980	284465	0,2937
10	AMIODARONA 100 MG	COMPRIMIDO	1.260	271709	0,4044
11	ARIPIPIRAZOL 10MG	COMPRIMIDO	2.490	364780	3,4396
12	ARTROLIVE 500/400MG (SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG+SULFATO DE CONDROITINA 400MG)	COMPRIMIDO	9.120	274227	2,3942
13	ATENOLOL + CLORTALIDONA 50/12,5MG	COMPRIMIDO	1.470	270792	0,4348
14	ATENOLOL+ CLORTALIDONA 100/25MG	COMPRIMIDO	840	270791	0,7408
15	ATORVASTATINA 10MG	COMPRIMIDO	2.490	268080	1,0200
16	ATORVASTATINA 20MG	COMPRIMIDO	4.560	268081	1,1496
17	ATORVASTATINA 40MG	COMPRIMIDO	5.400	268082	1,3175
18	ATROPINA 10MG/ML COLIRIO SOLUÇÃO OFTÁLMICA COM 5ML	FRASCO	115	411435	8,2467
19	BACLOFENO 10MG	COMPRIMIDO	9.960	271746	0,2364
20	BENEUM 300 MG (CLORIDRATO DE TIAMINA 300MG)	COMPRIMIDO	4.170	272341	0,4331
21	BETAISTINA 16MG	COMPRIMIDO	4.560	267936	6,8021
22	BETAISTINA 24MG	COMPRIMIDO	13.260	343573	0,3416
23	BETAMETASONA + AC. ACETILSALICILICO 0,5MG/G+30MG/G POMADA COM 30G	TUBO	45	318309	0,4516
24	BETAMETASONA 1MG/G CREME DERMATOLÓGICO COM 30G	TUBO	45	448603	6,9936
25	BEZAFIBRATO 200MG	COMPRIMIDO	390	267077	0,7280



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



26	BISOPROLOL 2,5MG	COMPRIMIDO	1.680	362720	0,7536
27	BISOPROLOL 5 MG	COMPRIMIDO	2.490	362718	0,7920
28	BRIMONIDINA 2MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	155	268352	21,3036
29	BROMETO DE PINAVERIO 100MG	COMPRIMIDO	1.650	298582	1,6250
30	BUDESONIDA 32 MCG FRASCOO 120 DOSES	FRASCO	15	452913	19,9060
31	BUPROPIONA 150MG	COMPRIMIDO	9.960	268994	0,9169
32	CABERGOLINA 0,5MG	COMPRIMIDO	420	268084	13,9000
33	CANABIDIOL 200MG/ML SOLUÇÃO 30ML + SERINGA DOSADORA Com registro na ANVISA	FRASCO	30	618323	1.698,5134
34	CANABIDIOL 20MG/ML SOLUÇÃO 30ML + SERINGA DOSADORA Com registro na ANVISA	FRASCO	120	618323	218,2730
35	CANABIDIOL 50MG/ML SOLUÇÃO 30ML + SERINGA DOSADORA Com registro na ANVISA	FRASCO	60	618321	469,5925
36	CAPILAREMA 75MG (AMINAFTONA)	COMPRIMIDO	1.650	396087	0,7451
37	CARBAMAZEPINA SUSPENSÃO 20 MG/100 ML	FRASCO	195	242454	10,7892
38	CARVEDILOL 12,5MG	COMPRIMIDO	3.330	267564	0,5180
39	CARVEDILOL 25MG	COMPRIMIDO	2.910	267567	0,6820
40	CARVEDILOL 3,125MG	COMPRIMIDO	2.490	267566	0,3847
41	CARVEDILOL 6,25MG	COMPRIMIDO	2.490	267565	0,4429
42	CELECOXIBE 200MG	COMPRIMIDO	840	268866	2,2433



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



43	CETOCONAZOL 200 MG	UND	420	267151	6,3809
44	CETOCONAZOL 20MG/G + BETAMETASONA 0,5MG/G + NEOMICINA 2,5MG/G CREME 30 G	TUBO	30	449185	7,4226
45	CETOCONAZOL 20MG/G + BETAMETASONA 0,5MG/G CREME - TUBO 30G	TUBO	15	284113	1,4267
46	CICLOBENZAPRINA 10MG	COMPRIMIDO	540	282313	0,6203
47	CICLOBENZAPRINA 5MG	COMPRIMIDO	840	272166	0,5627
48	CILOSTAZOL 100MG	COMPRIMIDO	17.820	276378	0,3840
49	CILOSTAZOL 50MG	COMPRIMIDO	11.610	276377	0,2615
50	CINARIZINA 75MG	COMPRIMIDO	840	267629	0,4373
51	CIPROFIBRATO 100MG	COMPRIMIDO	3.720	308738	0,4353
52	CITALOPRAM 20 MG	COMPRIMIDO	13.260	272903	0,8785
53	CLONAZEPAM 0,25MG	COMPRIMIDO	840	344014	0,1591
54	CLONAZEPAM 0,5MG	COMPRIMIDO	2.280	270118	0,1267
55	CLONAZEPAM 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL COM 20ML	FRASCO	70	270120	9,3875
56	CLORETO DE MAGNESIO 500MG	COMPRIMIDO	840	445704	0,2701
57	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% (20MG/G) GELEIA VIA URETRAL COM 30G	TUBO	200	269846	10,9933
58	CLORTALIDONA 12,5MG	COMPRIMIDO	3.330	274808	0,1975
59	CLORTALIDONA 25MG	COMPRIMIDO	2.910	274497	0,2998
60	COLÁGENO HIDROLISADO EM PÓ SACHÊ COM 11G	SACHE	840	371756	0,7067
61	COMPLEXO B	COMPRIMIDO	1.680	479545	0,2242
62	DEFLAZACORTE 6MG	COMPRIMIDO	1.080	273148	1,0945



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



63	DESOGESTREL 75MCG	COMPRIMIDO	840	356701	0,2252
64	DESVENLAFAXINA 100MG	COMPRIMIDO	2.910	405899	1,2935
65	DESVENLAFAXINA 50MG	COMPRIMIDO	4.980	405898	1,8102
66	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML + BETAMETASONA 0,25MG/5ML XAROPE 120 ML	FRASCO	30	436741	17,2940
67	DILTIAZEM 30MG	COMPRIMIDO	1.260	267569	0,2520
68	DILTIAZEM 60MG	COMPRIMIDO	4.440	267568	0,2823
69	DIOSMINA/HESPERIDINA 450/50MG	COMPRIMIDO	14.490	273818	1,1822
70	DIOSMINA/HESPERIDINA 900/100MG	COMPRIMIDO	6.000	428425	1,6780
71	DONEPEZILA 10MG	COMPRIMIDO	3.750	272786	1,7334
72	DONEPEZILA 5MG	COMPRIMIDO	2.910	272785	1,2336
73	DORZOLAMIDA 2% COLÍRIO C/5ML	FRASCO	250	272580	30,1156
74	DULOXETINA 30MG	COMPRIMIDO	12.840	302442	0,9958
75	DULOXETINA 60MG	COMPRIMIDO	5.400	302443	3,8115
76	DUTASTERIDA 0,5MG	COMPRIMIDO	1.260	372204	3,5925
77	ENALAPRIL 20MG	COMPRIMIDO	840	267652	0,0579
78	ESCITALOPRAM 10MG	COMPRIMIDO	21.360	480856	0,2946
79	ESCITALOPRAM 15MG	COMPRIMIDO	3.000	480858	0,4900
80	ESCITALOPRAM 20MG	COMPRIMIDO	7.050	480857	0,5204
81	ESCITALOPRAM 20MG/ML C/15ML	FRASCO	100	436612	17,8200
82	ESOMEPRAZOL 20MG	COMPRIMIDO	2.910	460947	1,7095
83	ESOMEPRAZOL 40MG	COMPRIMIDO	3.750	460948	2,6679
84	ESPIRONOLACTONA 100MG	COMPRIMIDO	840	267654	0,7921
85	ESPIRONOLACTONA 50MG	COMPRIMIDO	840	338134	0,4970



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

86	EZETIMIBA + SINVASTATINA 10/20MG	COMPRIMIDO	1.260	285688	1,9284
87	EZETIMIBA 10MG	COMPRIMIDO	2.870	285686	0,9115
88	EZETIMIBA+SINVASTATINA 10+40MG	COMPRIMIDO	840	285689	1,3148
89	FLUOXETINA 10MG	COMPRIMIDO	840	305464	0,7420
90	GABAPENTINA 400 MG	COMPRIMIDO	4.980	268106	0,4650
91	GABAPENTINA 600MG	COMPRIMIDO	2.070	291700	1,3364
92	GALANTAMINA 16MG	COMPRIMIDO	1.680	315734	4,2722
93	GALANTAMINA 24MG	COMPRIMIDO	1.680	463160	4,8632
94	GALANTAMINA 8MG	COMPRIMIDO	840	276388	3,3136
95	GERIATON 40MG (PANAX GINSENG + C.A. MEYER + ASSOCIAÇÃO)	COMPRIMIDO	1.680	602612	0,6767
96	GINKGO BILOBA 120MG	COMPRIMIDO	840	305413	0,8467
97	GINKGO BILOBA 80MG	COMPRIMIDO	1.680	305414	0,2983
98	GLICEROL 95% ADULTO (SUPOSITORIO DE GLICERINA ADULTO)	UNIDADE	420	268186	1,5888
99	GLICEROL 95% PEDIÁTRICO (SUPOSITORIO GLICERINA PEDIATRICO)	UNIDADE	420	268185	1,4847
100	GLICEROL95% LACTENTE (SUPOSITORIO GLICERINA LACTENTE)	UNIDADE	420	460876	1,4333
101	GLICLAZIDA 30MG	COMPRIMIDO	9.960	442754	0,4031
102	GLICLAZIDA 60MG	COMPRIMIDO	4.980	442755	0,3245
103	GLICOSAMINA 1,5G - PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL SACHÊ COM 5G	SACHE	3.330	309530	2,2232
104	GLIMEPIRIDA 2MG	COMPRIMIDO	1.260	273119	0,2500



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



105	GLIMEPIRIDA 4MG	COMPRIMIDO	2.070	273121	0,3422
106	HALOPERIDOL GOTAS - 2MG- 30 ML	FRASCO	30	292195	3,6616
107	HIDROXICLOROQUINA 400MG	COMPRIMIDO	4.980	268119	1,3786
108	HIDROXIZINA 25MG	COMPRIMIDO	1.680	273310	0,2410
109	IBANDRONATO DE SODIO 150MG	COMPRIMIDO	115	357059	18,3990
110	INDAPAMIDA 1,5MG	COMPRIMIDO	7.050	352301	0,2325
111	IRBESARTANA + HCT 300/12,5MG	COMPRIMIDO	840	273390	1,9000
112	ISOSSORBIDA (MONONITRATO) 20 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1.680	273400	0,1900
113	ISOSSORBIDA 40MG (MONONITRATO)	COMPRIMIDO	2.070	273401	0,4275
114	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE 120ML	FRASCO	335	383750	13,4836
115	LAMOTRIGINA 100MG	COMPRIMIDO	2.870	272809	3,7127
116	LAMOTRIGINA 50MG	COMPRIMIDO	1.680	324414	0,6929
117	LANSOPRAZOL 30MG	COMPRIMIDO	2.070	269965	2,3051
118	LATANOPROSTA 50MCG/ML + TIMOLOL 5MG/ML COLIRIO C/2,5ML	FRASCO	140	294094	74,9538
119	LATANOPROSTA 50MCG/ML COLIRIO 2,5 ML	FRASCO	140	294417	77,5417
120	LEVOTIROXINA 100MCG	COMPRIMIDO	4.140	268125	0,1663
121	LEVOTIROXINA 125MCG	COMPRIMIDO	2.070	268860	0,2505
122	LEVOTIROXINA 150MCG	COMPRIMIDO	840	268126	0,2816
123	LEVOTIROXINA 25MCG	COMPRIMIDO	5.400	268124	0,1702
124	LEVOTIROXINA 50MCG	COMPRIMIDO	1.260	268123	0,1973



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

125	LEVOTIROXINA 75MCG	COMPRIMIDO	1.260	268859	0,1600
126	LEVOTIROXINA 88MCG	COMPRIMIDO	840	296649	0,2693
127	LEVOTIROXINA SODICA 112MCG	COMPRIMIDO	840	296650	0,2817
128	LEVOTIROXINA SODICA 38MCG	COMPRIMIDO	840	393161	0,1988
129	LISINOPRIL 5MG	COMPRIMIDO	840	271167	0,7540
130	LORATADINA 10 MG	COMPRIMIDO	840	273466	0,5453
131	LOSARTANA + HCT 100/25MG	COMPRIMIDO	840	287471	0,4074
132	LOSARTANA + HCT 50/12,5MG	COMPRIMIDO	1.680	270788	0,5605
133	LOSARTANA 100MG	COMPRIMIDO	840	287473	0,5246
134	MELATONINA 10MG	COMPRIMIDO	840	484681	0,3356
135	MELATONINA 5MG	COMPRIMIDO	840	471379	0,3200
136	MELOXICAM 15MG	COMPRIMIDO	840	273554	0,8396
137	MEMANTINA 10MG	COMPRIMIDO	21.000	273221	0,3986
138	MESALAZINA 500MG	COMPRIMIDO	5.820	292236	4,8751
139	MESALAZINA 800MG	COMPRIMIDO	4.980	292238	2,6537
140	METILDOPA 250MG	COMPRIMIDO	3.750	267689	0,4038
141	METILDOPA 500MG	COMPRIMIDO	2.490	267688	1,0409
142	METOPROLOL 25 MG	COMPRIMIDO	840	276656	0,4120
143	METOPROLOL 50MG	COMPRIMIDO	1.260	276657	0,4827
144	METOTREXATO 2,5MG	COMPRIMIDO	840	270436	0,9291
145	MICONAZOL CREME DERMATOLOGICO 20MG – 28G	TUBO	30	268286	8,2680
146	MIRTAZAPINA 15MG	COMPRIMIDO	1.680	353813	1,4707
147	MIRTAZAPINA 30MG	COMPRIMIDO	3.960	294536	1,0712



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



148	MIRTAZAPINA 45MG	COMPRIMIDO	840	294537	1,9484
149	MOMETASONA 1MG/G CREME - TUBO 20G	TUBO	15	273484	15,4333
150	MONTELUCASTE DE SODIO 10MG	COMPRIMIDO	2.070	276271	1,0230
151	MONTELUCASTE DE SODIO 4MG	COMPRIMIDO	840	394656	1,7333
152	MONTELUCASTE DE SODIO 5MG	COMPRIMIDO	840	394655	1,0759
153	NAPROXENO 500MG	COMPRIMIDO	2.910	273703	0,7426
154	NARATRIPTANA 2,5MG	COMPRIMIDO	840	273706	1,8933
155	NEBIVOLOL 5MG	COMPRIMIDO	4.200	396702	0,9584
156	NIMODIPINO 30MG	COMPRIMIDO	1.680	270007	0,8867
157	NISTATINA 100.000 UI/G +OXIDO DE ZINCO 200MG/G POMADA 60G	TUBO	200	428012	14,0844
158	NITRENDIPINO 10MG	COMPRIMIDO	1.260	275116	0,6965
159	NITROFURANTOINA 100MG	COMPRIMIDO	1.260	268273	0,2004
160	NORTRIPTILINA 25MG	COMPRIMIDO	1.680	271606	0,4353
161	NORTRIPTILINA 50MG	COMPRIMIDO	840	271610	0,8753
162	NORTRIPTILINA 75MG	COMPRIMIDO	840	271607	1,2358
163	OLANZAPINA 10MG	COMPRIMIDO	2.550	271621	13,7820
164	OLANZAPINA 5MG	COMPRIMIDO	1.260	271620	5,9998
165	OLMESARTANA + HCT 40/12,5MG	COMPRIMIDO	3.750	296743	0,9875
166	OLMESARTANA + HCT 40/25MG	COMPRIMIDO	3.750	296744	1,2500
167	OLMESARTANA 20MG	COMPRIMIDO	840	296741	0,9849
168	OLMESARTANA 40MG	COMPRIMIDO	5.400	296742	0,7952



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



169	OLMESARTANA/ANLODIPINO 40/10MG	COMPRIMIDO	840	388402	1,1823
170	OMEGA 3 1000MG (SUPLEMENTO NUTRICIONAL)	COMPRIMIDO	8.400	410697	0,4357
171	ONDANSETRONA 4MG	COMPRIMIDO	840	268506	0,7884
172	ONDANSETRONA 8MG	COMPRIMIDO	7.050	268505	1,8395
173	ORLISTATE 120MG	COMPRIMIDO	840	273931	1,6084
174	OXCARBAZEPINA 300MG	COMPRIMIDO	3.150	273257	0,9612
175	OXCARBAZEPINA 600MG	COMPRIMIDO	3.150	273256	0,9767
176	OXCARBAZEPINA 60MG/ML FRASCO 100ML	FRASCO	230	273255	31,0054
177	PANTOPRAZOL 20MG	COMPRIMIDO	1.680	268848	0,2932
178	PANTOPRAZOL 40MG	COMPRIMIDO	25.710	267892	0,5174
179	PARACETAMOL + CODEINA 500/30MG	COMPRIMIDO	9.900	270907	0,6128
180	PAROXETINA 20MG	COMPRIMIDO	12.000	273940	0,3000
181	PENTOXIFILINA 400MG	COMPRIMIDO	6.750	268159	1,6945
182	PIOGLITAZONA 30MG	COMPRIMIDO	3.750	305492	1,7633
183	PRAMIPEXOL 0,125MG	COMPRIMIDO	840	272824	0,7025
184	PRAMIPEXOL 0,25MG	COMPRIMIDO	8.280	272825	1,4571
185	PRAMIPEXOL 0,75MG	COMPRIMIDO	2.070	404612	3,8565
186	PRAMIPEXOL 1 MG	COMPRIMIDO	5.400	272826	4,4398
187	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	840	267743	1,0050
188	PREGABALINA 150MG	COMPRIMIDO	9.000	392111	1,5400
189	PREGABALINA 50MG	COMPRIMIDO	3.750	388713	1,2400
190	PREGABALINA 75MG	COMPRIMIDO	30.900	388712	0,3026
191	PROMESTRIENO CREME 10	TUBO	15	294927	42,4522



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

	MG - TUBO 30G				
192	PROPAFENONA 300MG	COMPRIMIDO	6.300	272412	0,8980
193	QUETIAPINA 100MG	COMPRIMIDO	8.700	272832	2,5194
194	QUETIAPINA 200MG	COMPRIMIDO	4.140	272833	9,0969
195	QUETIAPINA 200MG (LIB. PROLONGADA)	COMPRIMIDO	4.140	390007	8,9002
196	QUETIAPINA 25MG	COMPRIMIDO	21.000	272831	0,6016
197	QUETIAPINA 50MG	COMPRIMIDO	8.700	390005	3,2142
198	RISEDRONATO DE SODIO 150MG	COMPRIMIDO	150	395949	58,3770
199	RISEDRONATO DE SODIO 35MG	COMPRIMIDO	224	296717	23,4444
200	RISPERIDONA 1MG	COMPRIMIDO	1.680	272839	0,2808
201	RISPERIDONA 2MG	COMPRIMIDO	1.680	268149	0,4602
202	RISPERIDONA 3MG	COMPRIMIDO	3.750	284105	0,2210
203	RISPERIDONA 1 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL - FRASCO 30 ML	FRASCO	500	284106	51,7341
204	RIVAROXABANA 10MG	COMPRIMIDO	3.330	394103	3,4948
205	RIVAROXABANA 15MG	COMPRIMIDO	3.330	412092	3,0046
206	RIVAROXABANA 2,5MG	COMPRIMIDO	1.260	476822	2,2938
207	RIVAROXABANA 20MG	COMPRIMIDO	1.680	412091	3,2359
208	RIVASTIGMINA 1,5MG	COMPRIMIDO	840	267896	2,8722
209	RIVASTIGMINA 3MG	COMPRIMIDO	1.260	267894	3,4301
210	ROSUVASTATINA 10MG	COMPRIMIDO	11.190	282881	0,4499
211	ROSUVASTATINA 20MG	COMPRIMIDO	10.770	282882	1,2905
212	ROSUVASTATINA 40MG	COMPRIMIDO	1.680	388392	3,1412
213	ROSUVASTATINA 5MG	COMPRIMIDO	840	423916	0,5446



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

214	SILDENAFILA 25MG	COMPRIMIDO	840	273820	5,3492
215	SILDENAFILA 50MG	COMPRIMIDO	5.400	273821	1,4709
216	SIMETICONA 125MG	COMPRIMIDO	3.330	436550	0,2595
217	SIMETICONA 40mg	COMPRIMIDO	1.260	412963	0,3667
218	SIMETICONA GOTAS 75MG/ML C/15ML	FRASCO	265	412965	7,3692
219	SOTALOL 120MG	COMPRIMIDO	1.260	333496	0,6830
220	SOTALOL 160MG	COMPRIMIDO	2.490	274647	0,9756
221	TADALAFILA 5MG	COMPRIMIDO	840	412833	0,3674
222	TANSULOSINA 0,4MG	COMPRIMIDO	4.140	396211	2,3484
223	TERBINAFINA 250 MG	COMPRIMIDO	840	273599	2,2712
224	TIMOLOL COLÍLIO 0,5MG/ML C/5ML	FRASCO	150	272581	4,7782
225	TOPIRAMATO 100MG	COMPRIMIDO	9.120	272851	0,6957
226	TOPIRAMATO 25MG	COMPRIMIDO	3.000	272849	0,4810
227	TOPIRAMATO 50MG	COMPRIMIDO	9.120	272850	0,4457
228	TRAMADOL 100MG	COMPRIMIDO	1.680	309441	4,8078
229	TRAMADOL 50MG	COMPRIMIDO	4.560	309436	2,0816
230	TRAMADOL+PARACETAMOL 37,5/325MG	COMPRIMIDO	1.680	285015	2,1418
231	TRAVOPROSTA 0,04MG/ML COLIRIO C/2,5ML	FRASCO	140	268005	27,1669
232	TRAZODONA 100MG	COMPRIMIDO	840	362259	1,0975
233	TRAZODONA 50MG	COMPRIMIDO	8.280	276948	0,4256
234	VALERIANA 50MG	COMPRIMIDO	1.680	377899	0,4045
235	VALPROATO SODICO 50MG/ML C/100ML	FRASCO	210	328532	8,0905
236	VALSARTANA + ANLODIPINO 160/5MG	COMPRIMIDO	840	357062	1,3012



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

237	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 160/12,5 MG	COMPRIMIDO	1.680	292791	1,4664
238	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 160/25 MG	COMPRIMIDO	1.680	370525	1,0671
239	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 320/12,5 MG	COMPRIMIDO	1.680	395910	2,1052
240	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 320/25 MG	COMPRIMIDO	1.680	395162	2,3446
241	VALSARTANA 160MG	COMPRIMIDO	3.330	306145	1,0311
242	VALSARTANA 320MG	COMPRIMIDO	6.300	306146	1,3604
243	VENLAFAXINA 150MG	COMPRIMIDO	4.560	470429	2,1352
244	VENLAFAXINA 37,5 MG	COMPRIMIDO	1.260	272381	0,5800
245	VENLAFAXINA 75MG	COMPRIMIDO	4.560	272382	1,0455
246	VERAPAMIL 240MG	COMPRIMIDO	840	273140	0,3300
247	VERAPAMIL 80MG	COMPRIMIDO	840	267425	0,4031
248	VITAMINA C 1000MG	COMPRIMIDO	2.100	271685	0,6722
249	VITAMINA C C/ ZINCO	COMPRIMIDO	1.260	395609	0,8523
250	VITAMINA D 14.000 UI	COMPRIMIDO	840	482169	9,3298
251	VITAMINA D3 1,000UI	COMPRIMIDO	840	434125	0,3467
252	VITAMINA D3 10,000UI	COMPRIMIDO	180	449681	3,2506
253	VITAMINA D3 15,000UI	COMPRIMIDO	210	601402	7,4312
254	VITAMINA D3 2,000UI	COMPRIMIDO	1.680	442729	1,2062
255	VITAMINA D3 5.000UI	COMPRIMIDO	900	430434	1,0538
256	VITAMINA D3 50.000UI	COMPRIMIDO	900	431098	9,4169
257	VITAMINA D3 7.000UI	COMPRIMIDO	1.110	431097	1,4576



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



258	VITAMINA D3 GOTAS 200UI C/10ML	FRASCO	100	438093	2,0433
259	VITAMINA E 400MG	COMPRIMIDO	2.490	437695	0,5268
260	ZOLPIDEM 10MG	COMPRIMIDO	3.540	278316	0,5436

3.3. Da vigência da Ata de Registro de Preço;

3.3.1. A vigência do ARP será de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, seguindo as disposições da Lei Federal nº 14.133/21;

3.4. A contratação será na forma do Sistema de Registro de Preço,

3.5. O SRP se mostra vantajoso por se tratar de cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante prévio processo de licitação, para eventual e futura contratação de bens e serviços por parte da Administração, onde esses fornecedores se comprometem a manter, durante o prazo de validade do registro, o preço registrado e a disponibilidade do produto, nos quantitativos licitados.

3.6. Os quantitativos estão justificados conforme item 5 do ETP;

3.7. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, não se enquadrando como bem de luxo, conforme art. 20 da Lei Federal nº 14.133/21.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a aquisição, em razão da necessidade de disponibilização dos medicamentos Genérico e Similar para atender as demandas de pedidos judiciais da Coordenação Farmacêutica.

Justifica-se que, esta aquisição é de suma importância para o atendimento dos pacientes cadastrados, visto que a descontinuidade ou falha no fornecimento destes medicamentos gera, imediatamente, o risco na vida do paciente assistido, gerando a responsabilização do município na falha do serviço, é através dela que dará a garantia do cumprimento dos pedidos da defensoria pública e atendimento do serviço social onde o medicamento será dispensado pela Farmácia de Acolhimento. Diante de todo exposto acima, a aquisição é de extrema importância e URGÊNCIA.

Ressalta-se que tais medicamentos não fazem parte de nenhuma pactuação ou programa



de assistência farmacêutica, trata-se de medicamentos não-pactuados pelo Município, Estado e Ministério da Saúde. Visando efetivar este direito nos moldes constitucionais, foi criado o Sistema Único de Saúde, que visa concretizar ações e serviços de saúde, Lei 8080/90. A referida lei determina que o acesso à saúde se rege pelos princípios da universalidade, integralidade e igualdade, sem condicionar o tratamento a quaisquer custos. Assim, em seu artº 6º, a lei determina que o SUS deve atuar na assistência terapêutica integral em todos os níveis de complexidade, inclusive farmacêutica, art. 7º. Consoante ao disposto na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90), que consagra a saúde como direito de todos e dever do Estado, enquanto se reafirmam os princípios da universalidade, integralidade e equidade, conjugando-os com a pressuposição do caráter complementar do setor privado, colabora-se na adoção de medidas destinadas a assegurar o acesso universal a um elenco de medicamentos classificados como essenciais, fortalecendo as estruturas dos serviços públicos de saúde.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Não se identificam soluções múltiplas que contemplem os requisitos para o atendimento da necessidade, tendo em vista que a aquisição dos itens é única disponível no mercado, razão pela qual se escolhe a Solução acima, cujo mercado, considerados produtos, não apresenta restrições, revelando-se satisfatório.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Contrato com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.2. Critérios de sustentabilidade;

6.2.1. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas, conforme o artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvida no objeto da presente contratação, contida nas legislações correlatas;

6.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



7.1.1. Os produtos deverão estar com validade mínima de 12 (doze) meses da data de fabricação.

7.1.2. Os objetos entregues fora da validade exigida deverão ser trocados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação a ser emitida pelo Setor competente da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus do Itabapoana – RJ.

7.1.3. A entrega será parcelada conforme solicitação **com prazo de entrega de 05 (Cinco) dias a contar da data da solicitação e nota de empenho.**

7.1.4. O prazo estabelecido de 05(cinco) dias é para cumprir com agilidade os mandados judiciais, tendo em vista que o judiciário estabelece um prazo curto para cumprimento de sentença e que o não cumprimento ocasiona multa e sequestro de verba pública.

7.1.5. As participantes e futuras vencedoras do procedimento, DEVERÃO cumprir rigorosamente o prazo de entrega, estabelecido neste termo de referência e futuro contrato, sob pena de cancelamento da ata ou rescisão do contrato.

7.1.6. A entrega deverá ser feita na Farmácia Judicial da Secretaria Municipal de Saúde, sediado na Rua Gonçalves dias, nº 210, Bairro Santa Rosa, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, de segunda a sexta das 08:00h á 15:00h.

7.1.7. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

7.1.8. O objeto deverá ser entregue em embalagem original, sem avarias, devendo ser identificado com informações precisas, corretas, claras, em língua portuguesa sobre suas características: qualidade, quantidade, composição, garantia, prazo de validade e origem.

7.1.9. Será recusado objeto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.

7.1.10. Somente será aceito os equipamentos que atender todas as especificações constantes no ETP e TR, sendo que em caso de recusa, a contratada será notificada para o total cumprimento de suas obrigações previstas no instrumento convocatório e contratual.

7.1.11. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da entrega da parcela dos itens, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.



- 7.1.12. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.1.13. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 7.1.14. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 7.1.15. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 7.1.16. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.1.17. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 7.1.18. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 7.1.19. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 7.1.20. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.1.21. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 meses a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, nos termos da Lei.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. Fiscal: Rodrigo Melo de Souza, Port Nº 348/2025, CPF- 092.980.387-63.
- 8.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21.
- 8.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes diretrizes:



- 8.3.1. Registro formal das ocorrências relativas à execução do contrato;
- 8.3.2. Realização de toda comunicação com a CONTRATADA e todas providências necessárias para a regular execução do contrato;
- 8.3.3. Execução dos serviços ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.1. O objeto será recebido/exercido observando-se as disposições do art. 140 da Lei Federal Nº 14.133/21.
- 9.2. O pagamento pertinente será efetuado **em até 30 (trinta) dias úteis**, após o conhecimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente pela Contratante, mediante emissão da Nota Fiscal pertinente em nome do Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Itabapoana e verificação da conformidade dos serviços prestados;
- 9.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 9.4. O pagamento será efetuado mediante:
 - 9.4.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
 - 9.4.2. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei nº 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
 - 9.4.3. Prova de situação regular perante o Tribunal Superior do Trabalho (Leinº12.440/11).

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 10.1. Forma de seleção e critério de julgamento;
 - 10.1.1. Na forma **PREGÃO ELETRÔNICO** com critério de **MENOR PREÇO**, e adotando o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**.
- 10.2. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, deverá o licitante comprovar os requisitos previstos no edital de licitação e definidos pelo



Departamento de Licitações devem ser observadas as disposições previstas no art.62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21;

10.3. As empresas participantes da licitação deverão apresentar os seguintes documentos, para comprovação de Qualificação Técnica.

- 10.3.1.1. ALVARÁ DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, atualizado, expedido pela Unidade Competente, da esfera Estadual ou Municipal da sede da empresa licitante compatível com o objeto licitado, válido da na data de realização desta licitação.
- 10.3.1.2. AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO** da empresa licitante, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme exigido pelo art. 2º da Lei Federal nº 6.360/76, Art. 2º do Decreto Federal 79.094/77, Art. 7º da Lei Federal nº 9.782/99 e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98;
- 10.3.1.3. AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO** da Empresa ou protocolo de solicitação - quando se tratar de medicamentos sujeitos a Controle Especial aprovadas pela Portaria nº. 344/98 de 12/05/98.
- 10.3.1.4. CERTIDÃO DE REGULARIDADE TÉCNICA - CRT**, expedida pelos Conselhos de Farmácia;
- 10.3.1.5.** Para os itens 33, 34 a 35 (CANABIDIOL), deverá apresentar **AUTORIZAÇÃO DA ANVISA**.

10.3.2. Ressalto que a habilitação técnica, por meio da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), é obrigatória, conforme previsto no Art. 3ª da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, a qual dispõe sobre os critérios para peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de empresas, sendo esta exigência indispensável para o prosseguimento regular da tramitação.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O valor estimado total desta contratação é de R\$ 948.850,77 (Novecentos e quarenta e oito mil e oitocentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), conforme relatório do ETP. Sendo o valor cotado pelo setor de compras, que determinou o preço médio desta



licitação o valor de R\$1.196.629,2766 (um milhão cento e noventa e seis mil seiscientos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos).

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Programa de trabalho: 10.122.0105.2610.0000 **Elemento de despesa:**3.3.90.32.00

Ficha:335**Fonte de recurso:** 500.500

Programa de trabalho: 10.122.0105.2610.0000 **Elemento de despesa:** 3.3.90.32.00

Ficha: 336 **Fonte de recurso:** 635.635

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As especificidades definidas neste termo tiveram como parâmetros licitações passadas deste município.

12.2. Destaco que as regras para essa futura contratação foram definidas pelos servidores responsáveis pela elaboração deste termo, logo, a futura gestão e fiscalização tomarão como base os preceitos aqui definidos

Rodrigo Melo de Souza
Coordenador Farmacêutico
Port N° 348/2025



ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1- A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item (ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/2024*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)
do	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

2.3. Valor da ata: R\$ xxxx

2.4. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

{Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



- Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Dos limites para as adesões

4.7.1- As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.7.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.



4.8. Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5.VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado apartir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, com renovação de quantitativo, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto **no edital** e se obrigar nos limites dela;

5.8. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário observada à classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

5.8.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



5.8.2. O registro a que se refere o item 5.7 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.8.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item ☐ somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **no edital ou no aviso de contratação direta;**
- Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, , será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.11. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.12. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.8.4, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.14. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.7, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos **do edital**, poderá:

- Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



- Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.15 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade da data **do orçamento estimado** em **XXXXXX** e o índice IPCA previsto para esta contratação;

6.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 05 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.5. Por razão de interesse público;

9.5.1. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.5.2. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES DE ENTREGA



11.1. O fornecimento será efetuado no prazo, quantidade, local e horário especificado no presente Termo de Referência.

11.2. A fornecedora estará obrigada ao cumprimento dos seguintes prazos:

11.2.1 A entrega será parcelada conforme solicitação **com prazo de entrega de 05 (Cinco) dias a contar da data da solicitação e nota de empenho.**

11.2.2 O prazo estabelecido de 05(cinco) dias é para cumprir com agilidade os mandados judiciais, tendo em vista que o judiciário estabelece um prazo curto para cumprimento de sentença e que o não cumprimento ocasiona multa e sequestro de verba pública.

11.2.3 As participantes e futuras vencedoras do procedimento, DEVERÃO cumprir rigorosamente o prazo de entrega, estabelecido neste termo de referência e futuro contrato, sob pena de cancelamento da ata ou rescisão do contrato.

11.2.4 A entrega deverá ser feita na Farmácia Judicial da Secretaria Municipal de Saúde, sediado na Rua Gonçalves dias, nº 210, Bairro Santa Rosa, Bom Jesus do Itabapoana/RJ, de segunda a sexta das 08:00 h á 15:00 h.

11.2.5 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

11.2.6 O objeto deverá ser entregue em embalagem original, sem avarias, devendo ser identificado com informações precisas, corretas, claras, em língua portuguesa sobre suas características: qualidade, quantidade, composição, garantia, prazo de validade e origem.

11.2.7 Será recusado objeto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação.

12. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12.2. Os produtos deverão estar com **validade mínima de 12 (doze) meses da data de fabricação.**



13 DAS ADEQUAÇÕES ORÇAMENTARIAS

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do município na Secretaria Municipal de Saúde.

XXXXXXX

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

13.2. Fica instituído a Servidora os servidores XXXXXX. Para fiscalização do contrato Ata de Registro de Preço.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 30 (dez) dias após o Recebimento Definitivo, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, condicionado apresentação dos seguintes documentos, em vigor:

- a) Nota fiscal do produto/serviço/fatura discriminativa
- b) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, no que couber.

15.2. A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

15.3. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante à Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

15.3.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.3.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



15.4. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

15.5. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que por ventura não tenha sido acordada no contrato

16. CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edita e Termo de Referência, ANEXO **AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em.... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes **e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)**.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>
------	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



do								
TR								
X	Especificaç ão	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
do								
TR								
X	Especifica ção	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade e Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços **073/2025 FMS**



ANEXO IV- MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO I

AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025 - FMS

OBJETO: xxxx

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, Nome de Fantasia: _____ Razão Social: _____ Insc. Est.: _____ Endereço: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____ E-mail: _____ Telefone: _____ Fax: _____ Responsável pela assinatura do contrato: _____ Telefone: _____ Banco: _____ Conta Bancária: _____ Nome _____ e nº. da Agência: _____, para atendimento do objeto destinado ao Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025-FMS**.

Para tanto, oferecemos a esse órgão o valor total de R\$ _____ para o referido Pregão, conforme abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	CATM AT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
1	ACECLOFENACO 100MG	COMPRI MIDO	840	27166 6			
2	ACETILCISTEINA 600 MG	SACHE	2.070	48034 9			
3	ACICLOVIR 400MG	COMPRI MIDO	840	26837 2			
4	ACICLOVIR POMADA OFTALMICA 50MG C/10G	TUBO	14	26837 5			
5	ALFAEPOETINA 4.000 UI – 1 ML	FRASCO	165	46531 9			
6	ALPRAZOLAM 0,25 MG	COMPRI MIDO	2.280	27135 8			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

7	ALPRAZOLAM 0,5 MG	COMPRI MIDO	4.350	27135 7			
8	ALPRAZOLAM 1 MG	COMPRI MIDO	17.190	27135 6			
9	ALPRAZOLAM 2 MG	COMPRI MIDO	16.980	28446 5			
10	AMIODARONA 100 MG	COMPRI MIDO	1.260	27170 9			
11	ARIPIPRAZOL 10MG	COMPRI MIDO	2.490	36478 0			
12	ARTROLIVE 500/400MG (SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG+SULFATO DE CONDROITINA 400MG)	COMPRI MIDO	9.120	27422 7			
13	ATENOLOL + CLORTALIDONA 50/12,5MG	COMPRI MIDO	1.470	27079 2			
14	ATENOLOL+ CLORTALIDONA 100/25MG	COMPRI MIDO	840	27079 1			
15	ATORVASTATINA 10MG	COMPRI MIDO	2.490	26808 0			
16	ATORVASTATINA 20MG	COMPRI MIDO	4.560	26808 1			
17	ATORVASTATINA 40MG	COMPRI MIDO	5.400	26808 2			
18	ATROPINA 10MG/ML COLIRIO SOLUÇÃO OFTÁLMICA COM 5ML	FRASCO	115	41143 5			
19	BACLOFENO 10MG	COMPRI MIDO	9.960	27174 6			
20	BENEUM 300 MG (CLORIDRATO DE TIAMINA 300MG)	COMPRI MIDO	4.170	27234 1			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

21	BETAISTINA 16MG	COMPRI MIDO	4.560	26793 6			
22	BETAISTINA 24MG	COMPRI MIDO	13.260	34357 3			
23	BETAMETASONA + AC. ACETILSALICILICO 0,5MG/G+30MG/G POMADA COM 30G	TUBO	45	31830 9			
24	BETAMETASONA 1MG/G CREME DERMATOLÓGICO COM 30G	TUBO	45	44860 3			
25	BEZAFIBRATO 200MG	COMPRI MIDO	390	26707 7			
26	BISOPROLOL 2,5MG	COMPRI MIDO	1.680	36272 0			
27	BISOPROLOL 5 MG	COMPRI MIDO	2.490	36271 8			
28	BRIMONIDINA 2MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRASCO	155	26835 2			
29	BROMETO DE PINAVERIO 100MG	COMPRI MIDO	1.650	29858 2			
30	BUDESONIDA 32 MCG FRASCOO 120 DOSES	FRASCO	15	45291 3			
31	BUPROPIONA 150MG	COMPRI MIDO	9.960	26899 4			
32	CABERGOLINA 0,5MG	COMPRI MIDO	420	26808 4			
33	CANABIDIOL 200MG/ML SOLUÇÃO 30ML + SERINGA DOSADORA	FRASCO	30	61832 3			
34	CANABIDIOL 20MG/ML SOLUÇÃO 30ML + SERINGA DOSADORA	FRASCO	120	61832 3			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

35	CANABIDIOL 50MG/ML SOLUÇÃO 30ML + SERINGA DOSADORA	FRASCO	60	61832 1			
36	CAPILAREMA 75MG (AMINAFTONA)	COMPRI MIDO	1.650	39608 7			
37	CARBAMAZEPINA SUSPENSÃO 20 MG/100 ML	FRASCO	195	24245 4			
38	CARVEDILOL 12,5MG	COMPRI MIDO	3.330	26756 4			
39	CARVEDILOL 25MG	COMPRI MIDO	2.910	26756 7			
40	CARVEDILOL 3,125MG	COMPRI MIDO	2.490	26756 6			
41	CARVEDILOL 6,25MG	COMPRI MIDO	2.490	26756 5			
42	CELECOXIBE 200MG	COMPRI MIDO	840	26886 6			
43	CETOCONAZOL 200 MG	UND	420	26715 1			
44	CETOCONAZOL 20MG/G + BETAMETASONA 0,5MG/G + NEOMICINA 2,5MG/G CREME 30 G	TUBO	30	44918 5			
45	CETOCONAZOL 20MG/G + BETAMETASONA 0,5MG/G CREME - TUBO 30G	TUBO	15	28411 3			
46	CICLOBENZAPRINA 10MG	COMPRI MIDO	540	28231 3			
47	CICLOBENZAPRINA 5MG	COMPRI MIDO	840	27216 6			
48	CILOSTAZOL 100MG	COMPRI MIDO	17.820	27637 8			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

49	CILOSTAZOL 50MG	COMPRI MIDO	11.610	27637 7			
50	CINARIZINA 75MG	COMPRI MIDO	840	26762 9			
51	CIPROFIBRATO 100MG	COMPRI MIDO	3.720	30873 8			
52	CITALOPRAM 20 MG	COMPRI MIDO	13.260	27290 3			
53	CLONAZEPAM 0,25MG	COMPRI MIDO	840	34401 4			
54	CLONAZEPAM 0,5MG	COMPRI MIDO	2.280	27011 8			
55	CLONAZEPAM 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL COM 20ML	FRASCO	70	27012 0			
56	CLORETO DE MAGNESIO 500MG	COMPRI MIDO	840	44570 4			
57	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% (20MG/G) GELEIA VIA URETRAL COM 30G	TUBO	200	26984 6			
58	CLORTALIDONA 12,5MG	COMPRI MIDO	3.330	27480 8			
59	CLORTALIDONA 25MG	COMPRI MIDO	2.910	27449 7			
60	COLÁGENO HIDROLISADO EM PÓ SACHÊ COM 11G	SACHE	840	37175 6			
61	COMPLEXO B	COMPRI MIDO	1.680	47954 5			
62	DEFLAZACORTE 6MG	COMPRI MIDO	1.080	27314 8			
63	DESOGESTREL 75MCG	COMPRI MIDO	840	35670 1			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

64	DESVENLAFAXINA 100MG	COMPRI MIDO	2.910	40589 9			
65	DESVENLAFAXINA 50MG	COMPRI MIDO	4.980	40589 8			
66	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML + BETAMETASONA 0,25MG/5ML XAROPE 120 ML	FRASCO	30	43674 1			
67	DILTIAZEM 30MG	COMPRI MIDO	1.260	26756 9			
68	DILTIAZEM 60MG	COMPRI MIDO	4.440	26756 8			
69	DIOSMINA/HESPERIDINA 450/50MG	COMPRI MIDO	14.490	27381 8			
70	DIOSMINA/HESPERIDINA 900/100MG	COMPRI MIDO	6.000	42842 5			
71	DONEPEZILA 10MG	COMPRI MIDO	3.750	27278 6			
72	DONEPEZILA 5MG	COMPRI MIDO	2.910	27278 5			
73	DORZOLAMIDA 2% COLÍRIO C/5ML	FRASCO	250	27258 0			
74	DULOXETINA 30MG	COMPRI MIDO	12.840	30244 2			
75	DULOXETINA 60MG	COMPRI MIDO	5.400	30244 3			
76	DUTASTERIDA 0,5MG	COMPRI MIDO	1.260	37220 4			
77	ENALAPRIL 20MG	COMPRI MIDO	840	26765 2			
78	ESCITALOPRAM 10MG	COMPRI MIDO	21.360	48085 6			
79	ESCITALOPRAM 15MG	COMPRI	3.000	48085			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

		MIDO		8			
80	ESCITALOPRAM 20MG	COMPRI MIDO	7.050	48085 7			
81	ESCITALOPRAM 20MG/ML C/15ML	FRASCO	100	43661 2			
82	ESOMEPRAZOL 20MG	COMPRI MIDO	2.910	46094 7			
83	ESOMEPRAZOL 40MG	COMPRI MIDO	3.750	46094 8			
84	ESPIRONOLACTONA 100MG	COMPRI MIDO	840	26765 4			
85	ESPIRONOLACTONA 50MG	COMPRI MIDO	840	33813 4			
86	EZETIMIBA + SINVASTATINA 10/20MG	COMPRI MIDO	1.260	28568 8			
87	EZETIMIBA 10MG	COMPRI MIDO	2.870	28568 6			
88	EZETIMIBA+SINVASTATI NA 10+40MG	COMPRI MIDO	840	28568 9			
89	FLUOXETINA 10MG	COMPRI MIDO	840	30546 4			
90	GABAPENTINA 400 MG	COMPRI MIDO	4.980	26810 6			
91	GABAPENTINA 600MG	COMPRI MIDO	2.070	29170 0			
92	GALANTAMINA 16MG	COMPRI MIDO	1.680	31573 4			
93	GALANTAMINA 24MG	COMPRI MIDO	1.680	46316 0			
94	GALANTAMINA 8MG	COMPRI MIDO	840	27638 8			
95	GERIATON 40MG (PANAX GINSENG + C.A. MEYER	COMPRI MIDO	1.680	60261 2			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

	+ ASSOCIAÇÃO)						
96	GINKGO BILOBA 120MG	COMPRI MIDO	840	30541 3			
97	GINKGO BILOBA 80MG	COMPRI MIDO	1.680	30541 4			
98	GLICEROL 95% ADULTO (SUPOSITORIO DE GLICERINA ADULTO)	UNIDADE	420	26818 6			
99	GLICEROL 95% PEDIÁTRICO (SUPOSITORIO GLICERINA PEDIATRICO)	UNIDADE	420	26818 5			
100	GLICEROL95% LACTENTE (SUPOSITORIO GLICERINA LACTENTE)	UNIDADE	420	46087 6			
101	GLICLAZIDA 30MG	COMPRI MIDO	9.960	44275 4			
102	GLICLAZIDA 60MG	COMPRI MIDO	4.980	44275 5			
103	GLICOSAMINA 1,5G - PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL SACHÊ COM 5G	SACHE	3.330	30953 0			
104	GLIMEPIRIDA 2MG	COMPRI MIDO	1.260	27311 9			
105	GLIMEPIRIDA 4MG	COMPRI MIDO	2.070	27312 1			
106	HALOPERIDOL GOTAS - 2MG- 30 ML	FRASCO	30	29219 5			
107	HIDROXICLOROQUINA 400MG	COMPRI MIDO	4.980	26811 9			
108	HIDROXIZINA 25MG	COMPRI MIDO	1.680	27331 0			
109	IBANDRONATO DE	COMPRI	115	35705			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



	SODIO 150MG	MIDO		9			
110	INDAPAMIDA 1,5MG	COMPRI MIDO	7.050	35230 1			
111	IRBESARTANA + HCT 300/12,5MG	COMPRI MIDO	840	27339 0			
112	ISOSSORBIDA (MONONITRATO) 20 MG COMPRIMIDO	COMPRI MIDO	1.680	27340 0			
113	ISOSSORBIDA 40MG (MONONITRATO)	COMPRI MIDO	2.070	27340 1			
114	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE 120ML	FRASCO	335	38375 0			
115	LAMOTRIGINA 100MG	COMPRI MIDO	2.870	27280 9			
116	LAMOTRIGINA 50MG	COMPRI MIDO	1.680	32441 4			
117	LANSOPRAZOL 30MG	COMPRI MIDO	2.070	26996 5			
118	LATANOPROSTA 50MCG/ML + TIMOLOL 5MG/ML COLIRIO C/2,5ML	FRASCO	140	29409 4			
119	LATANOPROSTA 50MCG/ML COLIRIO 2,5 ML	FRASCO	140	29441 7			
120	LEVOTIROXINA 100MCG	COMPRI MIDO	4.140	26812 5			
121	LEVOTIROXINA 125MCG	COMPRI MIDO	2.070	26886 0			
122	LEVOTIROXINA 150MCG	COMPRI MIDO	840	26812 6			
123	LEVOTIROXINA 25MCG	COMPRI MIDO	5.400	26812 4			
124	LEVOTIROXINA 50MCG	COMPRI MIDO	1.260	26812 3			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



125	LEVOTIROXINA 75MCG	COMPRI MIDO	1.260	26885 9			
126	LEVOTIROXINA 88MCG	COMPRI MIDO	840	29664 9			
127	LEVOTIROXINA SODICA 112MCG	COMPRI MIDO	840	29665 0			
128	LEVOTIROXINA SODICA 38MCG	COMPRI MIDO	840	39316 1			
129	LISINOPRIL 5MG	COMPRI MIDO	840	27116 7			
130	LORATADINA 10 MG	COMPRI MIDO	840	27346 6			
131	LOSARTANA + HCT 100/25MG	COMPRI MIDO	840	28747 1			
132	LOSARTANA + HCT 50/12,5MG	COMPRI MIDO	1.680	27078 8			
133	LOSARTANA 100MG	COMPRI MIDO	840	28747 3			
134	MELATONINA 10MG	COMPRI MIDO	840	48468 1			
135	MELATONINA 5MG	COMPRI MIDO	840	47137 9			
136	MELOXICAM 15MG	COMPRI MIDO	840	27355 4			
137	MEMANTINA 10MG	COMPRI MIDO	21.000	27322 1			
138	MESALAZINA 500MG	COMPRI MIDO	5.820	29223 6			
139	MESALAZINA 800MG	COMPRI MIDO	4.980	29223 8			
140	METILDOPA 250MG	COMPRI MIDO	3.750	26768 9			
141	METILDOPA 500MG	COMPRI	2.490	26768			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

		MIDO		8			
142	METOPROLOL 25 MG	COMPRI MIDO	840	27665 6			
143	METOPROLOL 50MG	COMPRI MIDO	1.260	27665 7			
144	METOTREXATO 2,5MG	COMPRI MIDO	840	27043 6			
145	MICONAZOL CREME DERMATOLOGICO 20MG – 28G	TUBO	30	26828 6			
146	MIRTAZAPINA 15MG	COMPRI MIDO	1.680	35381 3			
147	MIRTAZAPINA 30MG	COMPRI MIDO	3.960	29453 6			
148	MIRTAZAPINA 45MG	COMPRI MIDO	840	29453 7			
149	MOMETASONA 1MG/G CREME - TUBO 20G	TUBO	15	27348 4			
150	MONTELUCASTE DE SODIO 10MG	COMPRI MIDO	2.070	27627 1			
151	MONTELUCASTE DE SODIO 4MG	COMPRI MIDO	840	39465 6			
152	MONTELUCASTE DE SODIO 5MG	COMPRI MIDO	840	39465 5			
153	NAPROXENO 500MG	COMPRI MIDO	2.910	27370 3			
154	NARATRIPTANA 2,5MG	COMPRI MIDO	840	27370 6			
155	NEBIVOLOL 5MG	COMPRI MIDO	4.200	39670 2			
156	NIMODIPINO 30MG	COMPRI MIDO	1.680	27000 7			
157	NISTATINA 100.000 UI/G +OXIDO DE ZINCO	TUBO	200	42801			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

	200MG/G POMADA 60G			2			
158	NITRENDIPINO 10MG	COMPRI MIDO	1.260	27511 6			
159	NITROFURANTOINA 100MG	COMPRI MIDO	1.260	26827 3			
160	NORTRIPTILINA 25MG	COMPRI MIDO	1.680	27160 6			
161	NORTRIPTILINA 50MG	COMPRI MIDO	840	27161 0			
162	NORTRIPTILINA 75MG	COMPRI MIDO	840	27160 7			
163	OLANZAPINA 10MG	COMPRI MIDO	2.550	27162 1			
164	OLANZAPINA 5MG	COMPRI MIDO	1.260	27162 0			
165	OLMESARTANA + HCT 40/12,5MG	COMPRI MIDO	3.750	29674 3			
166	OLMESARTANA + HCT 40/25MG	COMPRI MIDO	3.750	29674 4			
167	OLMESARTANA 20MG	COMPRI MIDO	840	29674 1			
168	OLMESARTANA 40MG	COMPRI MIDO	5.400	29674 2			
169	OLMESARTANA/ANLODIP INO 40/10MG	COMPRI MIDO	840	38840 2			
170	OMEGA 3 1000MG (SUPLEMENTO NUTRICIONAL)	COMPRI MIDO	8.400	41069 7			
171	ONDANSETRONA 4MG	COMPRI MIDO	840	26850 6			
172	ONDANSETRONA 8MG	COMPRI MIDO	7.050	26850 5			
173	ORLISTATE 120MG	COMPRI	840	27393			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

		MIDO		1			
174	OXCARBAZEPINA 300MG	COMPRI MIDO	3.150	27325 7			
175	OXCARBAZEPINA 600MG	COMPRI MIDO	3.150	27325 6			
176	OXCARBAZEPINA 60MG/ML FRASCO 100ML	FRASCO	230	27325 5			
177	PANTOPRAZOL 20MG	COMPRI MIDO	1.680	26884 8			
178	PANTOPRAZOL 40MG	COMPRI MIDO	25.710	26789 2			
179	PARACETAMOL + CODEINA 500/30MG	COMPRI MIDO	9.900	27090 7			
180	PAROXETINA 20MG	COMPRI MIDO	12.000	27394 0			
181	PENTOXIFILINA 400MG	COMPRI MIDO	6.750	26815 9			
182	PIOGLITAZONA 30MG	COMPRI MIDO	3.750	30549 2			
183	PRAMIPEXOL 0,125MG	COMPRI MIDO	840	27282 4			
184	PRAMIPEXOL 0,25MG	COMPRI MIDO	8.280	27282 5			
185	PRAMIPEXOL 0,75MG	COMPRI MIDO	2.070	40461 2			
186	PRAMIPEXOL 1 MG	COMPRI MIDO	5.400	27282 6			
187	PREDNISONA 20 MG COMPRIMIDOIMIDO	COMPRI MIDO	840	26774 3			
188	PREGABALINA 150MG	COMPRI MIDO	9.000	39211 1			
189	PREGABALINA 50MG	COMPRI MIDO	3.750	38871 3			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comissão Permanente de Licitação

EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



190	PREGABALINA 75MG	COMPRI MIDO	30.900	38871 2			
191	PROMESTRIENO CREME 10 MG - TUBO 30G	TUBO	15	29492 7			
192	PROPAFENONA 300MG	COMPRI MIDO	6.300	27241 2			
193	QUETIAPINA 100MG	COMPRI MIDO	8.700	27283 2			
194	QUETIAPINA 200MG	COMPRI MIDO	4.140	27283 3			
195	QUETIAPINA 200MG (LIB. PROLONGADA)	COMPRI MIDO	4.140	39000 7			
196	QUETIAPINA 25MG	COMPRI MIDO	21.000	27283 1			
197	QUETIAPINA 50MG	COMPRI MIDO	8.700	39000 5			
198	RISEDRONATO DE SODIO 150MG	COMPRI MIDO	150	39594 9			
199	RISEDRONATO DE SODIO 35MG	COMPRI MIDO	224	29671 7			
200	RISPERIDONA 1MG	COMPRI MIDO	1.680	27283 9			
201	RISPERIDONA 2MG	COMPRI MIDO	1.680	26814 9			
202	RISPERIDONA 3MG	COMPRI MIDO	3.750	28410 5			
203	RISPERIDONA1 MG/ML - SUSPENSÃO ORAL - FRASCOO 30 ML	FRASCO	500	28410 6			
204	RIVAROXABANA 10MG	COMPRI MIDO	3.330	39410 3			
205	RIVAROXABANA 15MG	COMPRI MIDO	3.330	41209 2			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS



206	RIVAROXABANA 2,5MG	COMPRI MIDO	1.260	47682 2			
207	RIVAROXABANA 20MG	COMPRI MIDO	1.680	41209 1			
208	RIVASTIGMINA 1,5MG	COMPRI MIDO	840	26789 6			
209	RIVASTIGMINA 3MG	COMPRI MIDO	1.260	26789 4			
210	ROSUVASTATINA 10MG	COMPRI MIDO	11.190	28288 1			
211	ROSUVASTATINA 20MG	COMPRI MIDO	10.770	28288 2			
212	ROSUVASTATINA 40MG	COMPRI MIDO	1.680	38839 2			
213	ROSUVASTATINA 5MG	COMPRI MIDO	840	42391 6			
214	SILDENAFILA 25MG	COMPRI MIDO	840	27382 0			
215	SILDENAFILA 50MG	COMPRI MIDO	5.400	27382 1			
216	SIMETICONA 125MG	COMPRI MIDO	3.330	43655 0			
217	SIMETICONA 40mg	COMPRI MIDO	1.260	41296 3			
218	SIMETICONA GOTAS 75MG/ML C/15ML	FRASCO	265	41296 5			
219	SOTALOL 120MG	COMPRI MIDO	1.260	33349 6			
220	SOTALOL 160MG	COMPRI MIDO	2.490	27464 7			
221	TADALAFILA 5MG	COMPRI MIDO	840	41283 3			
222	TANSULOSINA 0,4MG	COMPRI	4.140	39621			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

		MIDO		1			
223	TERBINAFINA 250 MG	COMPRI MIDO	840	27359 9			
224	TIMOLOL COLÍLIO 0,5MG/ML C/5ML	FRASCO	150	27258 1			
225	TOPIRAMATO 100MG	COMPRI MIDO	9.120	27285 1			
226	TOPIRAMATO 25MG	COMPRI MIDO	3.000	27284 9			
227	TOPIRAMATO 50MG	COMPRI MIDO	9.120	27285 0			
228	TRAMADOL 100MG	COMPRI MIDO	1.680	30944 1			
229	TRAMADOL 50MG	COMPRI MIDO	4.560	30943 6			
230	TRAMADOL+PARACETA MOL 37,5/325MG	COMPRI MIDO	1.680	28501 5			
231	TRAVOPROSTA 0,04MG/ML COLIRIO C/2,5ML	FRASCO	140	26800 5			
232	TRAZODONA 100MG	COMPRI MIDO	840	36225 9			
233	TRAZODONA 50MG	COMPRI MIDO	8.280	27694 8			
234	VALERIANA 50MG	COMPRI MIDO	1.680	37789 9			
235	VALPROATO SODICO 50MG/ML C/100ML	FRASCO	210	32853 2			
236	VALSARTANA + ANLODIPINO 160/5MG	COMPRI MIDO	840	35706 2			
237	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 160/12,5 MG	COMPRI MIDO	1.680	29279 1			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

238	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 160/25 MG	COMPRI MIDO	1.680	37052 5			
239	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 320/12,5 MG	COMPRI MIDO	1.680	39591 0			
240	VALSARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA 320/25 MG	COMPRI MIDO	1.680	39516 2			
241	VALSARTANA 160MG	COMPRI MIDO	3.330	30614 5			
242	VALSARTANA 320MG	COMPRI MIDO	6.300	30614 6			
243	VENLAFAXINA 150MG	COMPRI MIDO	4.560	47042 9			
244	VENLAFAXINA 37,5 MG	COMPRI MIDO	1.260	27238 1			
245	VENLAFAXINA 75MG	COMPRI MIDO	4.560	27238 2			
246	VERAPAMIL 240MG	COMPRI MIDO	840	27314 0			
247	VERAPAMIL 80MG	COMPRI MIDO	840	26742 5			
248	VITAMINA C 1000MG	COMPRI MIDO	2.100	27168 5			
249	VITAMINA C C/ ZINCO	COMPRI MIDO	1.260	39560 9			
250	VITAMINA D 14.000 UI	COMPRI MIDO	840	48216 9			
251	VITAMINA D3 1,000UI	COMPRI MIDO	840	43412 5			
252	VITAMINA D3 10,000UI	COMPRI MIDO	180	44968 1			
253	VITAMINA D3 15,000UI	COMPRI	210	60140			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

		MIDO		2			
254	VITAMINA D3 2,000UI	COMPRI MIDO	1.680	44272 9			
255	VITAMINA D3 5.000UI	COMPRI MIDO	900	43043 4			
256	VITAMINA D3 50.000UI	COMPRI MIDO	900	43109 8			
257	VITAMINA D3 7.000UI	COMPRI MIDO	1.110	43109 7			
258	VITAMINA D3 GOTAS 200UI C/10ML	FRASCO	100	43809 3			
259	VITAMINA E 400MG	COMPRI MIDO	2.490	43769 5			
260	ZOLPIDEM 10MG	COMPRI MIDO	3.540	27831 6			

A Empresa proponente declara:

- 1) Conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.
- 2) Ter cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com as especificações constantes no Termo de referencia, ANEXO 01, do Edital.
- 3) A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.
- 4) Declaramos que assumimos perante o Município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ o compromisso de executar o objeto no prazo e condições especificadas no Termo de Referência, **Anexo I**.
- 5) Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do **objeto**, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO – Registro de Preços 073/2025 FMS

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(representante legal)